

RESENHA

GUIMARÃES, Felipe de Oliveira. *Arqueologia da Religião: um convite*. São Paulo, Digital Publish & Print, 2013, 58 p. ISBN 987-85-65294-22-5.

Rodrigo Pereira¹

A obra de Guimarães, notavelmente correlata a Ciência da Religião, tem como objetivo apresentar o que o autor define como “Metodologia da Arqueologia da Religião (MAR)”. Antes de iniciar a apresentação dos postulados metodológicos, o livro faz uma pequena introdução à formação da arqueologia como ciência, mas sem atentar-se as “escolas arqueológicas” ou mesmo as matrizes históricas e antropológicas que a disciplina possui. Contrariamente, parece-lhe normal que a arqueologia seja um desmembramento natural da história, o que nega à própria arqueologia sua autonomia conquistada como campo de pesquisas e desenvolvimento de conhecimentos com métodos e técnicas próprias. Não descartamos que o labor arqueológico é transdisciplinar, mas é, no mínimo, restritivo pensar que a arqueologia seja apenas um desmembramento da história (que em si possui suas escolas de pensamento e conjunto próprio de analisar o passado).

Seguida esta introdução, o autor afirmar que: “o escrito é fruto da constatação da ausência, território nacional, de literatura que aborde esta área [a arqueologia da religião], sobretudo no campo da Ciência da Religião” (p. 11). Contudo, em páginas subsequentes afirma a presença de obras de arqueologia da religião traduzidas da língua inglesa no país. Assim, o fato é, no mínimo, contraditório, já que, aparentemente, o autor não teve acesso a todos os estudos que centros como o MAE/USP, Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, UFMG e UNICAMP têm desenvolvido em áreas como a religiosidade negra ou ameríndia, bem como dos pesquisadores sobre esta área e as teorias que têm se desenvolvido para a análise da religião no âmbito da arqueologia.

Por ser um livro escrito por um pós-graduando em Ciência da Religião, sem formação alguma com a arqueologia, o autor destaca que o estudo realizado na obra é fruto de eventos deste ramo das ciências humanas e que poderá ser aplicado tanto por arqueólogos como por cientistas da religião no estudo arqueológico das

1 Mestre em Arqueologia pelo Museu Nacional da Quinta da Boa Vista (UFRJ), mestre em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Doutorando do Programa de Pós-graduação em Arqueologia do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista (UFRJ).

religiosidades. A amplitude e a certeza que o método se propõe coloca em cheque as reflexões sobre o a necessidade de reflexão sobre a abrangência de grandes epistemologias, como vem sendo discutido pelas ciências humanas e sociais desde a década de 1960. Ao mesmo tempo, demonstra relativo desconhecimento da área da arqueologia e uma tentativa de apropriação desta pela Ciência da Religião.

Em seu Capítulo 3, “Metodologia da Arqueologia da Religião (MAR)”, temos a proposta arqueológica de estudo da cultura material religiosa apresentada pelo autor. Inicialmente destacamos que o mesmo afirma que o MAR só pode ser aplicado no que ele denomina de “fase pós-escavatória” (p. 29), ou seja, apenas tendo a cultura material em mãos, mas não os dados relativos a estratigrafia do solo, da formação geológica da área escavada ou mesmo as relações da paisagem sobre o registro arqueológico (termo este, aliás, nem caracterizado pelo autor). Ao afirmar que a metodologia se centrará na cultura material religiosa, o autor parece não atentar-se para o fardo de que, em muitos casos, a arqueologia trata determinados objetos “em contextos religiosos”, sem ter a certeza absoluta de que eles eram utilizados para estes fins. Ao mesmo tempo, o método dará ao arqueólogo que o pesquisou a premissa total de definir aquele objeto como religioso, não permitindo uma crítica a essa definição, já que não há o contexto da escavação e do objeto inseridos na metodologia proposta.

O MAR é definido pelo autor “consiste no cumprimento de sete etapas que conduzirão o pesquisador na análise daquilo que chamaremos de *Produto Artístico da Religião (PAR)*” (p. 30, grifos do autor). As etapas são: 1. Seleção da religiosidade a ser pesquisada; 2. Informações sobre a cultura que pertencia a religião; 3. informações geográficas do grupo; 4. Dados sobre a religião em questão; 5. Seleção do objeto a ser estudado para a produção do PAR; 6. Abordagem hermenêutica ou semiótica do PAR e 7. Implicações Finais.

Na obra, o autor aplica sua metodologia a Estela Assíria de Ashurnasipal II (datada do século IX a.C., conforme o autor). Após fazer o percurso indicado pela metodologia até o quarto ponto temos uma grande contextualização de quem foram os assírios, onde desenvolveram sua cidade, características da religião e curiosidades sobre o povo. Porém, nenhum dos dados é arqueológico em seu sentido estrito, mas sim configura-se como um referencial teórico como os desenvolvidos para projetos de pesquisa em licenciamentos ambientais.

Ao indicar a estela a ser estudada por meio de fotos, sem nem mesmo tê-la em mãos, o autor passa a descrever seu tamanho, composição, peso e quem foi o arqueólogo que a pesquisou/descobriu. Novamente, temos apenas dados de arqueografia da peça, mas nenhum que possamos considerar como arqueológico (que indique dados além da composição, forma e tipologia da peça). Desta manei-

ra, os pontos desenvolvidos até aqui assemelham-se mais às práticas da Arqueologia do final do século XIX e início do XX (vertente Histórico-Culturalista) do que um estudo que utilize alguma das Teorias Sociais para a interpretação de relações de gênero, poder, religiosidade e etc., como defenderiam os Processualistas ou os Pós-Processualistas.

Assim, o PAR configura-se como um estudo desconexo e questionável do ponto de vista arqueológico, pois apenas um artefato não pode fornecer um estudo completo ou aceitável sobre uma dada cultura. Parece-nos que o autor utiliza-se do famoso “efeito Pompeia”, onde o ato de espanar a peça de sua poeira dá ao pesquisador todos os dados que ela tem a dizer por si só, sem a necessidade de estudar outras variáveis além das tipologias daquele objeto.

Ao iniciar a sexta etapa o autor indica que se utilize a hermenêutica ou a semiótica para a análise da peça. Do que nos é apresentado, não há um aprofundamento no estudo da peça, mas sim uma contextualização já desenvolvida nas fases anteriores. Para a metodologia, o autor não define qual vertente de exegese utilizará ou mesmo qual escola da semiótica será escolhida (a francesa, a russa ou a norte-americana). Do exposto, fica claro, então, que a “interpretação” da peça é realizada sem parâmetros arqueológicos ou mesmo sem considerar que a interpretação arqueológica não está desconexa de interesses ou mesmo de filiações teóricas do arqueólogo ou do profissional que fará a análise da peça (novamente salientamos que o autor da obra indica que arqueólogos e cientistas da religião poderão utilizar o método como forma de estudo da Arqueologia da Religião - campo por si só polissêmico de significados que não são abordados pelo texto do livro).

A sétima e última etapa restringe-se a contextualizar a estela em análise junto ao panteão politeísta assírio, retirando o foco da análise da cultura material e deslocando-o para dados histórico que pouco ou nada auxiliam no entendimento da peça ou da possibilidade deste em guardar determinada biografia de vida, como defendem alguns estudiosos da cultura material.

Nas considerações finais, o autor define que “diferente de outros escritos internacionais que abordam a Arqueologia da Religião, este possui método próprio, que pode ser aplicado ao estudo de qualquer religião, desenvolvido baseado [*sic*] na constatação da ausência de um método mais específico, de natureza interpretativa, para a área” (p. 47) e que a Arqueologia da Religião possa oferecer à academia e sociedade “conhecimentos sérios” (p. 47) sobre práticas religiosas pretéritas.

Do exposto, entendemos que o autor tentou desenvolver um método que permitisse um estudo arqueológico de religiões. Contudo, o seu MAR não apresenta-se como uma metodologia que possamos considerar como arqueológica em

seu sentido mais estrito. A proposta é boa, mas restringe-se a realizar apenas uma arqueografia da cultura material religiosa e não um estudo que possa descrever não apenas a origem da peça, mas também relações de poder ou mesmo de gênero possíveis de interpretação e de hipóteses explicativas para a cultura material.

A certeza expressa na aplicação da metodologia pode, ao contrário, ser pensada como a necessidade que os estudos arqueológicos possuem de contextualizações para seu desenvolvimento. Como contra exemplo, mais amplo e melhor desenvolvido para o estudo de religião, citamos o artigo e metodologia desenvolvidos por Walker & Lucero (2000)* que defendem um método estratigráfico para identificar o comportamento agencial e as estratégias rituais por trás dele, avaliando como os líderes emergentes no sudoeste norte-americano e as terras baixas do sul da América Central Maia se apropriaram de rituais tradicionais domésticos para promover os seus interesses particulares.

O modelo interpretativo em questão leva em conta a premissa de que os agentes humanos moldaram o passado social e ambientes naturais e também foram limitados por esses ambientes. Essa premissa e modelo interpretativo foi seguido de hipóteses verificadas e discutidas arqueologicamente no contexto de uma série de escavações na América Central, postulados que parecem não ter sido considerado na obra de Guimarães ao pensar que apenas uma única peça arqueológica possui capacidade interpretativa de uma dinâmica maior que ela.

Contudo, fica nos a necessidade constante de reflexão e trabalho para o aprimoramento dos métodos e técnicas em arqueologia para o estudo do fenômeno religioso. Se a obra de Guimarães tem alguns graves erros de colocação desse tema, é instigadora para (re)pensarmos o fazer arqueológico e a real necessidade de um modelo de interpretação em detrimento a aplicação de teorias para a averiguação de hipóteses de trabalho.